

RESUMO SIMPLES

**A ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA
DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM
ESTÁGIO**

¹ ARTÊMIO TOMÉ; ² ANTÔNIA DENIZA DE SOUSA FERREIRA.

¹ Aluno do curso de Direito da Faculdade 05 de Julho – F5 (tomeartemio4@gmail.com); ² Orientador/Professor do Curso de Direito da Faculdade 05 de Julho – F5 (denizaferreiraadv@gmail.com).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada durante estágio no Ministério Público, com ênfase na atuação extrajudicial da instituição na proteção de grupos vulneráveis e na tutela de direitos fundamentais. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, baseada na observação direta das atividades desenvolvidas no âmbito de notícias de fato, procedimentos administrativos e inquéritos civis. Nos termos do art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Nesse contexto, sua atuação extrajudicial revela-se instrumento relevante para a prevenção de conflitos e a efetivação de direitos, especialmente no que se refere à proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade. Durante o estágio, realizado junto à Promotoria de Justiça vinculada de Meruoca/CE, foi possível acompanhar de perto a dinâmica de funcionamento do órgão, especialmente no que diz respeito à análise de demandas que envolvem crianças e adolescentes, bem como situações relacionadas à Administração Pública. A vivência prática permitiu observar não apenas a tramitação de notícias de fato, a instauração de procedimentos administrativos e de inquéritos civis, mas também a atuação do Ministério Público na coleta de informações, análise de documentos, expedição de ofícios e elaboração de manifestações. Mais do que compreender aspectos técnicos, a experiência proporcionou contato direto com realidades sociais sensíveis, evidenciando a importância de uma atuação atenta, responsável e comprometida com a efetivação de direitos. Em diversas situações, verificou-se a adoção de medidas resolutivas, inclusive com o arquivamento fundamentado quando inexistentes elementos suficientes, demonstrando o cuidado na condução dos procedimentos. Observou-se que a atuação extrajudicial contribui significativamente para a proteção de grupos vulneráveis, possibilitando respostas mais céleres e eficazes às demandas sociais, além de evitar a judicialização desnecessária. Ademais, destaca-se o caráter preventivo dessa atuação, que fortalece a garantia dos direitos fundamentais e a fiscalização da Administração Pública. Conclui-se que a experiência de estágio foi fundamental para a compreensão prática do papel do Ministério Público, evidenciando sua relevância não apenas como órgão de atuação judicial, mas também como agente de transformação social, especialmente na defesa de grupos vulneráveis e na promoção da justiça.

Palavras-chave: inquérito civil; procedimentos administrativos; vulnerabilidade social.